



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Patriota Malta

386

247

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Agravo de Instrumento nº 0197922-8

Agravante: Espólio de Felipe de Souza Figueira Galvão

Agravada: Maria da Glória do Nascimento

Relator: Des. José Carlos Patriota Malta

**EMENTA:** PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DECISÃO LIMINAR QUE SE ADIA PARA MOMENTO DA DECISÃO MERITÓRIA AO FINAL. SITUAÇÃO QUE NÃO ENSEJA QUALQUER RECURSO. AUSÊNCIA DE CUNHO DECISÓRIO NO DESPACHO PROFERIDO. INADMISSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DA JURISDIÇÃO.

1. O despacho pelo qual o juiz posterga a apreciação do pedido liminar para quando da análise meritória da decisão ao final, não dá azo a qualquer recurso.

2. O ato judicial atacado encontra-se desprovido de qualquer cunho decisório, porquanto, o julgador não emitiu nenhum juízo de valor acerca da referida pretensão.

3. Eventual recorribilidade da decisão, não haveria lugar para a concessão ou não do pleito antecipatório, ante a supressão da jurisdição.

4. Agravo a que se nega provimento. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº. 0197922-8, em que figuram como agravante, Espólio de Felipe de Souza Figueira Galvão e, como agravado, Maria da Glória do Nascimento, acordam os senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em proferir, a seguinte decisão: "À unanimidade, negou-se provimento ao agravo de instrumento nos termos do voto da turma".

Recife, 05 de fevereiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta  
relator



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Gabinete Desembargador Patriota Malta

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 197.922-8**

**AGRAVANTE: ESPÓLIO DE FELIPE DE SOUZA FILGUEIRA  
GALVÃO**

**AGRAVADO: MARIA DA GLÓRIA DO NASCIMENTO**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.**

**RELATÓRIO**

Cuidam estes autos de Agravo de Instrumento interposto no bojo de Ação Ordinária de Rescisão de Contrato de Promessa de Compra e Venda Cumulada com Reivindicatória e Obrigação de Pagar, proposta por ESPÓLIO DE FELIPE DE SOUZA FILGUEIRA GALVÃO em desfavor de MARIA DA GLÓRIA DO NASCIMENTO, em face de decisão que postergou a apreciação do pedido de antecipação da tutela para momento ulterior, qual seja: "quando da decisão meritória ao final". (folhas 132).

Aduz o espólio Agravante que ajuizou a ação antes nomeada considerando a existência de contrato de promessa de compra e venda firmado entre Maria da Glória do Nascimento e Maria José de Andrade Galvão e seu esposo, Felipe de Souza Filgueira Galvão, já falecido e representado neste ato pelo inventariante, Sr. Dalton de Andrade Galvão, o qual já incidiu o preenchimento da condição resolutiva, fato que embasa o pedido de rescisão contratual, posto que a promitente compradora não vem cumprindo com as suas obrigações contratuais, estando a dever até abril de 2009, o total de R\$ 120.787,90 (cento e vinte mil, setecentos e oitenta e sete reais e noventa centavos).



179  
248

Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

6ª CÂMARA CÍVEL

Gabinete Desembargador Patriota Malta

Assinala que é incontestável, por noticiar a certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis, a qualidade de proprietários dos agravantes, fato que justificou a formulação do provimento antecipatório.

Assevera, então, que demonstrada a verossimilhança das alegações, bem como os demais pressupostos autorizadores, postulou pela concessão dos efeitos da tutela com o fito de que fosse fixado prazo de 15 (quinze) dias para a desocupação voluntária do imóvel, sob pena de imediata expedição do competente mandado de imissão de posse à parte autora/agravante, no imóvel de sua propriedade.

Nessa sede recursal, o autor, ora agravante, em apertada síntese, repisa os argumentos ventilados na peça vestibular, sustentando a presença de todos os pressupostos autorizadores para o deferimento da medida antecipatória em questão, quando mais, a situação da forma que se encontra, ante o dano que vem a posse injusta do imóvel pela agravada ocasionando ao agravante.

A apreciação do pedido liminar foi postergado ao pronunciamento da parte adversa.

A parte agravada ofereceu contra-razões às fls. 163/174 pugnando, em resumo, pelo não provimento do inconformismo.

O juízo *a quo* não prestou as informações solicitadas a teor da certidão de fls. 175.

É o relatório





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Gabinete Desembargador Patriota Malta

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 08 de Janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta

relator



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Gabinete Desembargador Patriota Malta

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 197.922-8**

**AGRAVANTE: ESPÓLIO DE FELIPE DE SOUZA FILGUEIRA  
GALVÃO**

**AGRAVADO: MARIA DA GLÓRIA DO NASCIMENTO**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.**

**VOTO**

Como visto do relatório, trata-se de insurreição em face de decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Capital, em sede de Ação Ordinária de Rescisão de Contrato de Promessa de Compra e Venda Cumulada com Reivindicatória e Obrigação de Pagar, proposta por **ESPÓLIO DE FELIPE DE SOUZA FILGUEIRA GALVÃO** em desfavor de **MARIA DA GLÓRIA DO NASCIMENTO**, em face de decisão que postergou a apreciação do pedido de antecipação da tutela para momento ulterior, qual seja: "quando da decisão meritória ao final". (folhas 132).

Com efeito, o Código de Processo Civil, em seu artigo 162, §§ 2º e 3º, ao tratar dos atos do juiz, define como interlocutória a decisão pela "qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente" e despacho como sendo "todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma".

Já o artigo 504 do mesmo diploma legal estabelece que "dos despachos não cabe recurso"



588  
250

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Gabinete Desembargador Patriota Malta

E no artigo 522 da lei adjetiva civil encontra-se a previsão de que as decisões interlocutórias são impugnáveis pela via do agravo, retido ou por instrumento, conforme o caso.

É bem verdade que a recorribilidade de um ato judicial, a toda evidência, não deve ser aferida a partir da denominação a ele conferida, mas precisamente em face da potencialidade que este possui de causar lesão jurídica ao jurisdicionado aliada à existência de seu conteúdo decisório.

Posta a questão nestes termos, de um exame, ainda que perfunctório, infere-se, de plano que o ato judicial ora combatido não se reveste de nenhum conteúdo decisório e, por conseguinte, não pode ser objeto de impugnação, como se pretende, *in casu*.

Como visto, na espécie, a decisão recorrida não analisou de imediato, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, postergando, pois, tal exame para momento ulterior, ou seja, quando da decisão meritória ao final, como se vê à folha 132, *verbis*:

"Vistos, etc..."

O pedido antecipatório perseguido deve ser enfrentado quando da decisão meritória ao final.

Manifeste-se o autor, no prazo, sobre a contestação e documentos."

Depreende-se, sem nenhuma sombra de dúvida, que a manifestação judicial acima transcrita nada decidiu, tendo tão somente adiado o julgamento do pedido (de antecipação da tutela), para quando do enfrentamento da decisão meritória ao final, a implicar, pois, mero despacho



Poder Judiciário  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

6ª CÂMARA CÍVEL

Gabinete Desembargador Patriota Malta

impulsionador do processo, sem qualquer carga decisória e, portanto, insuscetível de impugnação na via eleita.

Validamente, ainda reste manifesto o interesse do autor em ver prontamente analisado o seu pedido, não se revestindo, todavia, de natureza decisória o ato judicial combatido, tal não autoriza a recorribilidade.

Como se isso não bastasse, ainda que se cogitasse da recorribilidade do ato em questão, não haveria lugar para a concessão ou não do pleito antecipatório aqui perseguido, porquanto levando em consideração que o julgador *a quo* não emitiu nenhum juízo de valor acerca da referida pretensão, o Tribunal o fazendo estaria usurpando a competência do juiz natural, com inadmissível supressão de um grau de jurisdição.

Sendo assim, sob qualquer prisma, descortina-se a manifesta impertinência deste Agravo por Instrumento, que não merece ~~conhecimento~~ *requerimento*.

Forte nestes fundamentos, ~~DE~~ CONHEÇO DO RECURSO. *o referido. zel*

É como voto.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta

relator